MOEDA ÚNICA NO MERCOSUL: ESSE PASSO É POSSÍVEL?

Enrique Duarte Romero[1]

RESUMO: As tentativas de união entre os países da América do Sul remontam desde o momento em que começaram sua independência dos países ibéricos, Espanha e Portugal. Essa idéia continuou no século passado especificamente na segunda metade que a pesar do regime ditatorial reinante em toda América do Sul, existiam tentativas como ALALC/ALADI (Associação latino-americana de livre comércio/Associação latino-americana de integração), mas devido à desconfiança mútua entre os dois maiores países da região, Brasil e Argentina, estas idéias não passaram de mera retórica. Quando na região imperou o regime democrático houve a percepção que com a união teriam muito a ganhar, do que separados e, nesse contexto surgiu o Mercosul mediante o Tratado de Assunção em 1991. O objetivo proposto é a de chegar ao Mercado Comum com livre mobilidade de bens, dos fatores de produção e da mão-de-obra, para que esta união seja mais firme ainda existe a discussão da implementação de uma moeda única no longo prazo. Para se chegar a este estágio existe a necessidade de uma harmonização macroeconômica entre os países integrantes, já que existem muita assimetria entre eles.

Palavras-chaves: Harmonização macroeconômica, assimetria, união monetária.

ABSTRACT: The attempts of the union between the Southamerican countries to raise since the moment that began the independence of the Iberian countries, Spain and Portugal. This idea continued specifically in the last century in the second middle in spite of the ditatorial regimen in all South America, there was attempts as ALALC/ALADI (Associação latino-americana de livre comércio/Associação latino-americana de integração), but due to mutual suspicion between the two bigger countries of the region, Brazil and Argentina, these ideas had not passed of simple rhetoric. When in the region the democratic system reigned had the perception that with the union they would have much to win, of what separate and, in this context appeared the Mercosul by means of the Treaty one to Assunption in 1991. The objective proposed is to arrive at the Common Market with free mobility of properties, of the production factors and of the workmanship, so that this union to be more solid thre is still a discussion of the implementation of an only currency in the long period. To arrive at this period there is necessary of a macroeconomic harmonization between the integrant countries, now that much asymmetry between them.

Key Words: Macroeconomic harmonization. Asymmetry. Monetary Union

[1] Professor Temporário da FACE - Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia

INTRODUÇÃO

Quando estourou a crise americana a partir da queda Leman Brothers em 2008, espalhou-se em grande parte do planeta e de uma forma rápida. A Europa foi atingida quase que instantaneamente, justo no continente onde a maior parte dos países tem uma moeda única, o EURO, é neste contexto que surge o interesse em estudar este tema. Surgem questionamentos sobre a eficácia ou não da moeda única ou foi justamente este fato que impediu que a crise não quebrasse totalmente os países mais fragilizados da região? como por exemplo, os denominados jocosamente de PIIGS[2] (Portugal, Irlanda, até a Itália, Grécia e Espanha). Será que a Grécia por exemplo, mereceria o tratamento todo especial que a Alemanha teve com ele se não fizesse parte da União Européia?

São respostas que ainda virão sobre a viabilidade ou não de uma união monetária. No caso específico do Mercosul, que pretende atingir a integração profunda com a formação do Mercado Comum do Cone Sul constitui-se num tema recorrente. Este é último estágio antes da implementação de uma moeda única que passou a ser discutidos não só na esfera acadêmica e sim nas mais elevadas esferas de governos.

Para se chegar a este estágio, da implantação da moeda única, existem ainda um longo caminho a ser percorrido, as assimetrias entre os países integrantes do Mercosul ainda é abissal. Precisa-se de uma harmonização macroeconômica especificamente na questão cambial, monetária e fiscal. Estas variáveis exigirão tempo para sua adequação de tal forma a atender os pré-requisitos para uma unificação monetária. E isto proporcionará perdas para os países membros, mas o que se espera é que o custo/benefício no longo prazo compense.

Dentre os ganhos que os países poderão atingir, apresento a colocação de Giambiagi, (1999: 16) que expressa assim:

> "Os motivos para a eventual adoção de uma unificação monetária entre eles residem, fundamentalmente, no fortalecimento do meio ambiente institucional favorável a uma estabilização duradoura dos preços – incluindo um Banco Central unificado e independente; tetos para a relação entre o déficit público e o PIB; e metas inflacionárias baixas".

A base teórica a ser utilizada neste projeto de pesquisa radica na Teoria das Áreas Monetária Ótimas (AMOs) de Robert Mundell devido à adequação deste pensamento teórico sobre o tema. Basicamente esta teoria defende que as taxas flexíveis de câmbio seriam mais eficientes para ajustar o balanço de pagamentos, a inflação e o nível de emprego se a base geográfica das moedas fossem redefinidas, este seria o caso do Mercosul. Além desta fundamentação teórica recorreremos às clássicas teorias monetárias como as do pensamento Clássico, Keynesiano e Monetarista (Milton Friedman).

O principal objetivo deste trabalho será de estudar a viabilidade ou não da implementação de uma moeda única no Mercosul no longo prazo.

DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Um país une-se ao outro não por mera amizade, mas porque existem interesses mútuos como no campo econômico e geopolítico. Ao formar-se o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) estes interesses ficam mais explícitos ainda, mesmo que tenhamos entre os

[2] Pigs cuja tradução em nosso idioma é porco, acrescenta-se mais um "i" para inserir a Itália que está numa situação delicada também.

países integrantes deste bloco econômico uma diversidade enquanto às potencialidades e características que cada um tem.

Isoladamente um país, tem pouca influência, com algumas exceções, mesmos os grandes *players* internacionais dependem de outros países, porque apesar de terem um mercado interno pujante, onde por exemplo, poderá escoar os frutos da sua produtividade? Além disso, comércio internacional exige reciprocidade. Outra variável que podemos incluir aqui é a capacidade de negociação, reduzida quando tratada unilateralmente, diferentemente quando os temas são negociados em nome de uma região, passam a ter poder e influência todos os países que compõem o bloco. Tanto Brasil como Argentina não tinham muita opção de rejeitar os seus dois vizinhos menores, Paraguai e Uruguai, já que geopoliticamente estão ligados a eles, quaisquer problemas como instabilidade política ou econômica afeta não diretamente ao país em questão, no campo econômico por exemplo, os investidores externos enxergam a região como um todo, e não somente ao país de forma isolada causador do problema.

Apesar de que na crise argentina de 2000 a 2002 o Brasil se descolou em grande medida do seu vizinho. Mas esta será a regra a partir e agora? A integração impõe algumas precondições, objetivos a serem alcançados, que não serão necessariamente propiciará benefícios a todos os integrantes, o que é vantagem para o Brasil não obrigatoriamente será para o Paraguai. Justamente, é aqui que os dois países menores perderam, de forma mais específica na TEC (Tarifa Externa Comum), segundo este acordo, gradativamente as tarifas deverão ser iguais para todos os sócios, isto se aplica a produtos importados de terceiros países. Para Paraguai e Uruguai, sócios menores, quanto mais baixas as tarifas de importação, melhor, já que dessa forma reexportaria para os sócios maiores. Já para os sócios maiores, Brasil e Argentina, é exatamente o oposto, quanto mais alta as tarifas dos importados mais vantagens, porque os dois comparados com os sócios menores, tem uma industrialização avançada e a tarifa elevada é uma espécie de barreira que protege os seus produtos.

A criação do Mercosul é uma obra dos governos de Brasil e Argentina, resultante da vontade política logo após os governos militares em ambos países. Este processo inicia-se em 1985 pela aproximação dos governos de Sarney e Alfonsín que conduz ao tratado de Assunção, em março de 1991. Um dos problemas que impediram o avanço do processo de integração foi especificamente o comprometimento político insuficiente dos governos. E agora a novidade na metade da década de 80 foi a decisão política de Brasil e Argentina de avançar no processo de integração, logo acompanhada pelos outros dois sócios, Paraguai e Uruguai, ao que se seguiu a adesão de diferentes setores econômicos e políticos nos quatro países.

Para o autor Monte Domecq (1993: 102) que além da conscientização dos dois principais países do Mercosul, existia um processo estrutural que exigia a mudança de atitude tanto de Brasil como da Argentina. Textualmente expõe:

> "Desde uma perspectiva contextual, o Mercosul surge como uma imposição implícita das mudanças operadas na economia mundial, denominadas como globalização. Este processo consiste no desenvolvimento de um novo ordenamento internacional das relações econômicas através da conformação de blocos de países para a divisão de espaços econômicos e de poder na economia mundial".

As classes dirigentes dos países do Mercosul encontraram que o único meio para negociar uma melhor inserção no cenário global cada vez mais dinâmico é mediante a

integração regional, perceberam que a economia latino-americana tem uma participação muito restrita nos fluxos do comércio internacional, nos movimentos de capitais e na transferência de tecnologias neste novo ordenamento da economia global.

Existem algumas precondições básicas para se atingir uma integração regional como um regime democrático de governo, respeito aos direitos humanos, liberalização da economia tanto interna como externa, aplicação de programas de ajustes para conseguir a estabilização macroeconômica, reconversão produtiva, assim com regras claras no marco jurídico.

As principais etapas de um processo de integração são:

a) Zona de tarifas preferenciais: consiste numa redução tarifária parcial que afeta a um grupo de determinados produtos. É a fase inicial de uma integração como exemplo disso, são os acordos bilaterais de intercâmbio comercial entre dois países.

b) Zona de livre comércio: estabelecimento da tarifa zero para todos os bens e serviços que se comercializam entre dois ou mais países. É a eliminação de todas as travas tarifárias e não tarifárias.

c) União aduaneira: além da criação de uma zona de livre comércio, é adotada a fixação de uma tarifa externa comum para todos os bens e serviços que vem dos países não integrantes do bloco econômico. Implica estabelecer políticas comerciais comuns em relação a terceiros países.

d) Mercado comum ou comunidade econômica: ao estabelecido na união aduaneira, soma-se a livre mobilidade dos fatores de produção (capital e trabalho). Aqui, as fronteiras nacionais desaparecem para a livre circulação de bens e serviços, mão-de-obra e capitais. O Tratado do Mercosul se propõe alcançar esta etapa, isso significa um alto grau de integração entre os países.

e) União econômica: além dos processos anteriores, nesta fase conta-se a criação de um sistema monetário único (uma moeda comum para todos os integrantes do bloco) que é conduzido por uma entidade financeira supranacional tipo banco central. Isto implica uma política econômica comum, assim como outras instituições no âmbito político, social e cultural. Trata-se de uma etapa superior da integração conhecida até hoje, um exemplo é a União Européia com a sua moeda Euro.

Segundo estes autores, Chudnovski e Fanelli, 2001, o Mercosul deixou um saldo positivo, com destaque para o aumento substancial do comércio dentro da região e para a atração de investimentos estrangeiros diretos. O bloco propiciou maior visibilidade e marcou presença da região dentro do contexto da política internacional, assim como a reafirmação de uma zona de paz e estabilidade, estas são pré-condições para melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos e fator preponderante para a vinda de mais investimentos.

Os autores citados no parágrafo acima enfatizam que a construção de um espaço comum é um processo complicado, na qual avanços e retrocessos caminham juntos. Existe a necessidade de redesenhar estratégias mesmo quando o processo já está caminhando, como resposta às mudanças endógenas e exógenas da integração entre os países.

Sobre o tema, e no caso específico do Mercosul, Lavagna e Tussie, 2001, apontam que as atuais estruturas e práticas institucionais não são eficientes e criam obstáculos à governabilidade e ao gerenciamento deste processo de integração.

A forma de solucionar esta questão, Chudnovski e Fanelli (2001: XXVII) constatam:

> "Un avance importante en el plano institucional y en la eficiencia del gerenciamiento del acuerdo no sólo tendría efectos positivos sobre el volumen del comercio sino, también, sobre la inversión, la macroeconomia y la imagen externa. Un Mercosur con mejores instituciones de gobierno y ámbito más adecuado para la negociación y elaboración de políticas favorecería la percepción de los activos de la región como un todo por parte del resto del mundo y su capacidad de negociación con otros bloques. Cuando se lo mira con esta perspectiva resulta claro que el desarrollo institucional tiene valor económico y que la capacidad para la ingeniería institucional debe considerarse una fuente de ventajas competitivas".

O objetivo do Mercosul não é só integrar mercados que já existem, mas desenvolver mercados que faltam ou são incompletos. Para os sócios menores, não basta a integração profunda, é necessária a cooperação profunda[3] para levar adiante a infra-estrutura institucional que sustente os mercados do espaço comum.

Aprofundar a integração, requer a melhoria dos mecanismos institucionais e das políticas para a cooperação e coordenação dentro do bloco. Se os países integrantes do Mercosul coordenam entre si para solucionar os problemas, poderiam utilizar esta experiência para avançar nas questões macroeconômicas e da competitividade. Avançando neste aspecto, gerariam as condições para enfrentar os principais empecilhos como a coordenação macroeconômica, eliminação das barreiras ao comércio dentro do bloco, consolidação da tarifa externa comum e a eliminação ou harmonização das regulamentações que afetam o comércio.

A importância da harmonização macroeconômica dentro de uma integração regional radica sobre duas bases:

a) a instabilidade macroeconômica pode prejudicar o processo de integração, já que pode afetar negativamente os fluxos comerciais dentro da região com perda de interesse por parte dos investidores em se estabelecer na região e,

b) a própria integração gera maior interdependência entre os países membros, daí que qualquer desequilíbrio macroeconômico gera um impasse entre os sócios.

Para coordenar estas dificuldades, existe a necessidade de sujeição às regras o que leva a uma perda de autonomia na tomada de decisões. Mas esta perda de autonomia é uma renúncia voluntária dos países, é o custo que se paga para atingir a harmonização macroeconômica.

Quem sugere uma outra solução é Batista (1998: 423-24) quando afirma:

> "os países devem aproximar ao máximo as suas políticas monetárias, fiscais e cambiárias, pois, desequilíbrios monetários e fiscais refletirão em desequilíbrio cambial, que por sua vez, afetará o fluxo comercial entre os países envolvidos. Deve-se ressaltar também, que as estruturas produtivas, hoje determinadas pela base industrial, pelo acesso à tecnologia e pela especialização crescente da mão-de-obra, também são considerados como instrumentos fundamentais de convergência para uma melhor cooperação intra-regional".

Um país membro que renuncia ao manejo de instrumentos e assume compromissos sacrificando sua autonomia necessitará de garantias institucionais fortes de que esta atitude

[3] A partir da integração econômica levar a outros campos com a questão cultural, intercâmbio tecnológico e gerencial. A cooperação profunda não se restringe tão somente à esfera econômica, ela é mais abrangente.

vale a pena. Existem alguns elementos que são necessários levar em conta antes de assumir essa perda da autonomia:

i) Partes importantes dos benefícios a serem recebidos pela coordenação serão geradas em forma conjunta pelos sócios, por isso, antes devem ser discutidos a forma de receber esses benefícios;

ii) A estabilidade do bloco deve ser tomada com um senso de responsabilidade muito grande, um sócio, isoladamente não pode assumir uma postura oportunista e,

iii) É imprescindível que as instituições de forma conjunta descrevam o modelo de gerir os instrumentos de política monetária, fiscal ou cambial.

Os mecanismos de esforços institucionais e da autonomia estão intimamente correlacionados porque está na natureza das instituições imporem restrições aos graus de liberdade para decidir sobre os demais componentes do bloco.

No caso da coordenação, Fanelli (2001: 7) aponta duas diferenças que são necessários o seu destaque:

> "Los países de la región tienen una credibilidad muy débil cuando actúan de manera autónoma. Una causa importante de ello es que construir reputación les resulta muy caro debido a que, por una parte, necesitan revertir una historia de inestabilidad institucional signadas por cambios abruptos de régimen y, por otra, enfrentan una tasa de descuento intertemporal muy alta debido a la recurrencia de dificultades financieras. Y sin reputación, la discrecionalidad macroeconómica es poco creíble. En función de esto, el proyecto de desarrollar instituciones macroeconómicas creíbles a partir de la cooperación regional podría mostrar un alto ratio de costos/beneficios. Los beneficios potenciales en término de credibilidad serían altos mientras que los costos no lo serían tanto; para un país con baja credibiliad de sus políticas macroecómicas, los costos de perder autonomía son menores en la medida de su capacidad para actuar discrecionalmente tiene límites estrechos".

Outra característica das economias dos países integrantes do Mercosul é a volatilidade. A dependência externa é de alto grau, isto também dificulta a credibilidade da região.

A questão da coordenação macroeconômica só tem razão de ser e ganha em relevância se a perspectiva do Mercosul mediante os Estados que o compõem a intenção é a de chegar a uma integração profunda, e esse é o objetivo proposto pelo Tratado de Assunção. Para se chegar à harmonização são necessárias assumir atitudes: coordenação, cooperação e harmonização.

A cooperação é necessária para construir as instituições que possibilitem explorar as oportunidades e estabelecer mecanismos que forneçam maior credibilidade à região nos compromissos assumidos entre si. A coordenação relevante para o planejamento e eficiência na implementação de políticas que têm a região como espaço geo-econômico. A harmonização de regulações e metas para as variáveis macroeconômicas fundamentais facilitam a coordenação e cooperação e dificultaria as aventuras de um dos sócios.

A proposta deste artigo é a de verificar se a partir da harmonização macroeconômica chega-se à unificação monetária, se existe esta possibilidade na sua implementação. Além disso, discutir a viabilidade, a necessidade assim como a dificuldade que isso implicará aos países do Mercosul.

Já foi mencionado nas páginas anteriores que a região que compõe o Mercosul tem um histórico de instabilidade marcado por inflação, hiperinflação, troca constante de moeda num espaço curto de tempo que leva à região ao descrédito e como uma forma de recuperar a credibilidade a unificação monetária é justamente um rompimento com este passado pouco recomendável e o estabelecimento de uma moeda que tenha valor.

A criação da moeda única, como passo final do processo de integração entre dois ou mais países como é o caso do Mercosul tende ser um objetivo que surge naturalmente, associada à formação de um mercado comum. Este foi o caso constatado na União Européia (UE), ou na maioria deles, é um avanço além da coordenação cambial.

Para Lavagna e Giambiagi (1998: 11) de uma forma mais específica, as justificativas teóricas para a formação de um espaço geográfico com moeda única são as seguintes:

> a) la mayor garantía de estabilidad "inflacionaria", asociada a la fuerza del marco institucional en el cual la unificación monetaria se debe establecer, lo cual incluye un banco central unificado y el compromiso internacional de los países miembros, ante los demás socios del acuerdo, de conservar la situación fiscal bajo control;
>
> b) la caída en las tasas reales de interés, particularmente las de largo plazo, asociada a la disminución del riesgo-país y del riesgo-devaluación, dada la pérdida parcial del poder de discrecionalidad de las autoridades nacionales;
>
> c) la reducción de la incertidumbre cambiaria, intrínsecamente asociada a la desaparición de las monedas nacionales; estas quitan transparencia y disminuyen grados de competencia en el mercado común subiendo además los costos de operaciones de protección contra el riesgo cambiario en el comercio regional; y
>
> d) la eliminación de costos de transacción en las relaciones económicas entre los países que unifican sus monedas.

Existem uns pré-requisitos para a unificação monetária, além da vontade política o convencimento da população que isso pode lhe acarretar benefícios é de muita relevância. Aqui a mídia pode representar um papel preponderante no sentido de informar à sociedade e dessa forma, obter o seu engajamento. É insuficiente o desejo do *establishment* governamental se não é acompanhado e apoiado pelo conjunto da população, ou pelo menos dificultará em muito sua aplicação.

Ao respeito um dos autores que pesquisa bastante este tema, união monetária, cito a Giambiagi que conjuntamente com Barenboim, (2002: 28) afirmam:

> "Outro fator determinante para o aumento da vontade política é o convencimento, por parte dos governantes e da opinião pública, das vantagens que a integração pode trazer para os dois países, porque, sem o consenso de que a cooperação mútua ou a estratégia de aprofundamento da integração econômica entre Brasil e Argentina tem um grande potencial de ganhos bilaterais, não há incentivo para aceitar a submissão a critérios de disciplina necessários para o mecanismo de *enforcement*".

Além destes problemas que são mais genéricos existem dificuldades específicas entre os dois principais sócios. É com frequência que os parceiros comerciais impõem um ao outro barreiras tarifárias, para-tarifárias, instituição de cotas especialmente quando estão em dificuldades que pode ser ocasionado por uma crise externa ou por problemas surgido no próprio país. É mais um motivo que a unificação monetária se justificaria porque pode ser a partir da sua implementação que estes tenham uma solução.

Quem apontam estas problemáticas mais específicas citamos a Arestis, et all (2003: 17) que constatam:

> "problemas como os que afetaram o setor açucareiro na Argentina, ou o protesto contra os controles fitossanitários brasileiros [...] Após a desvalorização do real, os produtores argentinos fizeram [...] exigências, tais como a introdução de uma tarifa específica contra os produtos brasileiros, medidas de salvaguarda e o estabelecimento de quotas".

Também existem regimes monetários e de taxas de câmbios entre Brasil e Argentina. Neste ponto, nos últimos tempos o que tem se observado é a diminuição destas desigualdades e após a crise mundial que começou em 2008 nos Estados Unidos os dois principais sócios estão saindo da crise sem muita alquimia enquanto se refere à implementação de políticas econômicas no combate à crise.

Nesta crise, verificou-se que o mercado de forma individual não conseguiria restabelecer o equilíbrio perdido. Foi necessária a intervenção estatal mediante a colocação de recursos para recuperar a crise, contrariamente ao estipulado pelos formuladores da teoria do *laissez-faire* e isso aconteceu no berço da livre iniciativa. Esta crise que contaminou grande parte do planeta. Na formulação da moeda única caberá ao Estado sua execução e controle, já que via mercado essa possibilidade é remota. O autor a seguir corrobora este posicionamento;

> "*o laissez-faire não é viável em macroeconomia*. É necessária a ação coletiva. A questão não é encontrar um sistema ótimo, mas apostar no desenvolvimento e na preservação de um regime monetário viável, capaz de resgatar a utilidade da moeda internacional enquanto bem público. Qualquer análise teórica deverá considerar os critérios para um SMI[4] viável e seus subseqüentes princípios organizacionais". Aglietta (1994: 2).

Assim como o *laissez-faire* não é a solução para o projeto de moeda única também o regime do Sistema Monetário Internacional não satisfaz completamente aos anseios da união monetária, por dois motivos de acordo com Henning, 1994,

a) as flutuações nas taxas de câmbio dos países desenvolvidos geram riscos cambiais e colocam problemas de administração dos volumes de reservas para os países em desenvolvimento e,

b) a coordenação de políticas macroeconômicas na extensão hoje conduzida pelos países avançados do G-7 exclui países em desenvolvimento e mesmo os demais países desenvolvidos. Mesmo o autor tendo escrito há 18 anos, a conjuntura permanece a mesma, daí a importância em que os países do Mercosul terem uma situação macroeconômica consistente para não depender exclusivamente do SMI.

A teoria que baseia este projeto é a denominada de Áreas Monetárias Ótimas (AMOs) e como o Mercosul foi pensado como uma área de integração profunda que visa atingir um mercado comum com livre movimentação dos fatores e produção e de capital no longo prazo. A parir desta premissa, o que se adequa a este anseio é a teoria das AMOs.

O principal argumento do seu fundador Robert Mundell consiste em que as taxas flexíveis de câmbio seriam mais eficientes para ajustar o balanço de pagamentos, a inflação e o nível de emprego se a base geográfica das moedas fossem redefinidas conforme consta em Dos Santos, 2005.

[4] Sistema Monetário Internacional

Para a implantação das AMOs existem alguns pré-requisitos[5] como:

a) o aprofundamento da integração comercial;

b) a ampliação da mobilidade intra-regional do trabalho e do capital;

c) uma certa simetria dos ciclos econômicos; e

d) a convergência de indicadores macroeconômicos selecionados.

Num princípio, no Mercosul estas características aparentam que estão totalmente adaptadas mas, existem ainda muitas assimetrias dentro da região que precisam ser corrigidos para se chegar a estes pré-requisitos. Além destas deficiências o Mercosul ainda precisa progredir em outro aspecto como atestam Abreu e Bevilaqua, (1995: 17):

> "A mobilidade intra-regional do trabalho no Mercosul é restrita, e o aumento da mobilidade do capital depende de progressos na liberalização financeira. Outros aspectos importantes para a integração, como a harmonização tributária, a criação de salvaguardas para o balanço de pagamentos, a liberalização dos serviços, a elaboração de legislação antidumping, a regulação da propriedade intelectual, dos incentivos ao investimento, das compras públicas e das políticas de competição, também requerem aperfeiçoamentos".

Apesar de reconhecer estas dificuldades, o processo de integração econômica não é uma tarefa simples, e muito mais complicado ainda é a conclusão de um projeto de moeda única, mas, estes custos tendem a cair no longo prazo com o aprofundamento da integração e da coordenação macroeconômica.

A previsão é após a solução dos problemas que a priori impossibilitam a união monetária chega-se à conclusão do processo de unidade monetária existem ganhos significativos que devem ser levados em conta, alguns destes ganhos são como aponta no seu artigo Dos Santos (2005: 38).

a) os custos de transação e "*hedge*" dos agentes em relação ao risco cambial são reduzidos;

b) a eliminação das taxas alfandegárias harmoniza os preços dos produtos dentro do bloco;

c) as barreiras sobre a mobilidade dos fatores de produção são removidas.

Um aspecto que precisa ser levado em conta é a dificuldade de entendimento entres os países da própria região, não existe por exemplo, uma solidariedade em nível internacional em organismos multilaterais, um caso específico é a oposição argentina ao Brasil como membro do Conselho de Segurança da ONU. Além deste, enumero alguns mais específicos;

a) dificuldade de encarar uma crise externa: qual será o comportamento de cada sócio numa crise financeira internacional por exemplo? Já que agora não dispõem dos meios como uma política monetária ou cambial para utilizá-lo isoladamente e conforme seus próprios interesses.

b) numa crise financeira de um dos sócios ele tinha seu banco central como emprestador de última instância para fornecer liquidez à instituição problemática, com a unificação monetária essa opção é mais complicada. Não é que o Banco Central unificado

[5] Ver www.iadb.org/intal

não seja a alternativa de garantia de liquidez, porque também seu intuito será a de evitar um risco sistêmico, mas agora será mais burocrática essa assistência à iliquidez.

c) perda de juros sobre as reservas que tinha antes da unificação monetária, o chamado senhoriagem.

d) compartilhar soberania num primeiro momento, principalmente entre um sócio maior com o menor que agora terá o mesmo peso nas decisões a serem tomadas.

e) falta de apoio político: devido à heterogeneidade dos distintos sócios a liderança política será questionada a todo momento, assim como o apoio da opinião pública e da sociedade.

f) perda de autonomia: num caso de unificação monetária os países perdem a possibilidade de aplicação de uma política monetária, cambial e fiscal que antes eram soberanas, cada país adota a melhor política que atenderia os seus anseios.

Mais uma problemática apontada pelo autor a ser citado a seguir se refere, é na questão do tempo, os prazos de implementação de uma moeda única não pode ser o curto prazo devido às dificuldades que precisam ser solucionadas antes da concretização do projeto. Dessa forma, Redrado (1999: 18) constata:

> "Aún cuando se ponderen beneficios superiores a los costos, es preciso destacar que la unidad monetaria de ningún modo puede ser un proyecto a corto plazo. La imprescindible coordinación previa de políticas macroeconómicas, el incremento del comercio intrazona, la movilidad de factores y el diseño de un mecanismo institucional que permita constituir una autoridad monetária supranacional independiente (Instituto Monetario Sudamericano, Banco Central del Mercosur), es un proceso que obliga a pensar en plazos mayores a una década."

Após a crise asiática em que as moedas nacionais fracassaram um a um é que a idéia da diminuição da quantidade de moedas no mundo precisa diminuir ou pelo menos ter moedas regionais começou a ganhar adeptos. É nesse aspecto que deve ser compreendida a possibilidade de grupos de países chegarem num determinado momento a unificar suas moedas, o Mercosul deu o passo adiante em pelo menos discutir não só em rodadas acadêmicas mas na alta esfera governamental já foram mencionadas esta possibilidade.

Para Giambiagi, 2001, tanto o Brasil como a Argentina continuarão a serem vizinhos, o que significa que terão muito a ganhar se unirem esforços e muito a perder se ignorarem as potencialidades de um aprofundamento do processo de integração entre suas economias. As rivalidades dos dois devem permanecer estritamente na esfera futebolística já que no campo econômico um é fundamental ao outro.

METODOLOGIA

Para a realização deste projeto de estudo, Moeda Única no Mercosul: esse passo é possível? foram utilizados o método comparativo, estatístico e os fatos históricos. Basicamente recorreu-se à pesquisa de revisão bibliográfica sobre o tema a partir de autores oriundos dos países membros do bloco econômico mencionado.

Inúmeras obras já foram escritas sobre a integração regional do Mercosul, e o número de estudos sobre a moeda única também está crescendo, assim como o exemplo da União Européia só tende a enriquecer a discussão sobre o tema.

Como no tema proposto, o tempo todo discute-se a contradição também será incluído o método dialético.

Já foi apontado neste projeto, a base teórica a ser utilizada é a que se refere às Áreas Monetárias Ótimas proposta por Robert Mundell na década de 1960 devido à escolha de uma região como delimitação espacial, 4 países da América do Sul, e o aspecto temporal abrange desde a formação do bloco econômico e pretende-se realizar uma prospecção futura por causa da especificidade do tema que objetiva apontar se existe viabilidade ou não a aplicação de uma moeda única na região.

Além deste autor específico, existe também a necessidade de estudar os estudos clássicos da Teoria Monetária que na área econômica são diversos, apresento aqui alguns deles como a Teoria Quantitativista, Teoria Clássica, Teoria Keynesiana e os denominados Monetaristas cujo "Chefe" mor é Milton Friedman. Estas escolas do monetarismo nos darão o amparo necessário na elaboração da futura tese como teoria de base.

CONCLUSÃO

A previsão e depois a solução dos problemas que *a priori* impossibilitam a união monetária chega-se à conclusão do processo de unidade monetária existem ganhos significativos que devem ser levados em conta, alguns desses ganhos são como aponta no seu artigo Dos Santos (2005: 38)

a) os custos de transação e "*hedge*" dos agentes em relação ao risco cambial são reduzidos;

b) a eliminação das taxas aduaneiras armonizam os preços dos produtos dentro do bloco;

c) as barreiras sobre a mobilidade dos fatores de produção são removidas.

Um aspecto que necessita ser levado em conta é a dificuldade de entendimento entre os países da própria região, não existe por exemplo, uma solidariedade em nível internacional em organismos multilaterais, o caso específico é a oposição argentina ao Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Além deste, enumero alguns mais específicos;

a) dificuldade de encarar uma crise externa: qual será o comportamento de cada sócio numa crise financeira internacional por exemplo? Já que agora não dispõem dos meios como uma política monetária ou cambial para utilizá-lo isoladamente e conforme seus próprios interesses.

b) numa crise financeira de um dos sócios tinha seu banco central como emprestador de última instância para garantir liquidez à instituição problemática, com a unificação monetária essa opção é mais complicada. Não é que o Banco Central unificado não seja a alternativa de garantia de liquidez, porque também sua função será a de evitar um risco sistêmico, mas agora será mais burocrática essa assistência à iliquidez.

c) perda de interesses sobre as reservas que tinha antes da unificação monetária, o chamado senhoriagem.

d) compartilhar soberania num primeiro momento, principalmente entre um sócio maior com outro menor que agora terá o mesmo peso nas decisões a serem tomadas.

e) falta de apoio político: devido à heterogeneidade dos distintos sócios a liderança política será questionada a todo momento, assim como o apoio da opinião pública e da sociedade.

f) perda de autonomia: num caso de unificação monetária os países perdem a possibilidade de aplicação de uma política monetária, cambial e fiscal que antes eram soberanas, cada país adota a melhor política que atenderia seus objetivos.

Mais uma problemática apontada pelo autor a ser citado a seguir se refere, é na questão do tempo, os prazos de implementação de uma moeda única não pode ser o de curto prazo devido às dificuldades que necessitam ser solucionadas antes da concretização do projeto. Dessa forma, Redrado (1999: 18) constata:

> "Aún cuando se ponderen beneficios superiores a los costos, es preciso destacar que la unidad monetaria de ningún modo puede ser un proyecto a corto plazo. La imprescindible coordinación previa de políticas macroeconómicas, el incremento del comercio intrazona, la movilidad de factores y el diseño de un mecanismo institucional que permita constituir una autoridad monetária supranacional independiente (Instituto Monetario Sudamericano, Banco Central del Mercosur), es un proceso que obliga a pensar en plazos mayores a una década."

Depois da crise asiática em que as moedas nacionais fracassaram um a um é que a idéia da diminuição da quantidade de moedas no mundo existiria essa necessidade ou pelo menos, ter moedas regionais começou a ganhar adeptos. É nesse aspecto que deve ser compreendida a possibilidade de grupos de países e chegar em algum momento a unificar suas moedas, o Mercosul deu o passo adiante em pelo menos discutir não só em encontros acadêmicos mas na mais alta esfera governamental já foram mencionadas esta possibilidade.

Para Giambiagi, 2001, tanto o Brasil como a Argentina continuarão a serem vizinhos pela sua localização geográfica, o que significa que terão muito a ganhar si unem esforços e muito a perder se ignoram as potencialidades de uma aprofundamento do processo de integração entre suas economias.

Para isso, será necessário discutir com vários segmentos da sociedade e a partir daí apresentar as necessidades e que juntos poderão apontar as potencialidades que cada país têm na região, assim como os custos que isso propiciará sem chegar ao ponto que o custo seja maior que o benefício a ser auferido com a unificação monetária.

Referências Bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva, **BEVILAQUA,** Afonso S. ***Macroeconomic coordination and economic integration: lessons for a Western Hemisphere Free Trade Area***. Rio de Janeiro: PUC/Departamento de Economia, 1995 (Texto para Discussão, 340).

AGLIETTA*,* Michel*.* ***O sistema monetário internacional: em busca de novos princípios.*** São Paulo: Seminário "Os Desafios à Reorganização do Sistema Monetário Internacional", São Paulo, ago. de 1994. Promoção FUNAG/CEBRAP. Traduzido do inglês por Regina Meyer Branski. 24 p.

ARESTIS, Philip *et all*. ***O euro e a UME: lições para o Mercosul.*** Campinas: Revista Economia e Sociedade. v. 12, n. 1 (20), 2003 (jan./jun.) p. 1-24.

BAER, Mônica. *et all*. ***Os desafios à reorganização de um padrão monetário internacional.*** Campinas: Economia e Sociedade, s.d. 48 p.

BAPTISTA, Luís Olavo, **MERCADANTE,** Aramita de Azevedo, **CASELA,** Paulo Borba. Mercosul: das negociações à implantação. São Paulo: LTr, 1998.

BERCHIELLI, Francisco O. ***Economia Monetária.*** São Paulo: Saraiva, 2003.

CARNEIRO, Ricardo. ***O dólar e seus rivais.*** Campinas: CECON (Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica) da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), 2010. 32 p.

CHUDNOVSKY, Daniel, **FANELLI,** José María (Coordinadores). ***El desafio de integrarse para crecer. Balance y perspectivas del Mercosur en su primera década.*** Madrid: Siglo veintinuo de Espana, 2001.

DOS SANTOS, José Mario, **PELLEGRINO,** Ánderson César Gomes Teixeira. ***Algumas considerações acerca da possibilidade de adoção de uma moeda única no Mercosul.*** Piracicaba: Revista de Negócios Internacionais. 3(5), 2005, pp. 33-41.

FERREIRA JÚNIOR, Lier Pires. ***Estado, Globalização e integração regional: Políticas exteriores de desenvolvimento e inserção internacional da América-latina no final do século XX.*** Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

GIAMBIAGI, Fabio, **BARENBOIM,** Igor. ***A unificação monetária alemã: Lições para uma possível moeda comum entre Brasil e Argentina.*** Rio de Janeiro: BNDES, 2002. 38 p.

GIAMBIAGI, Fabio. ***A moeda comum como base do crescimento do Brasil e da Argentina.*** Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

GIAMBIAGI, Fabio. ***Mercosul: Por que a unificação monetária faz sentido a longo prazo?*** Rio de Janeiro: BNDES, 1999. 35 p.

HENNING, C. Randall. ***Reforma monetária internacional e os países em desenvolvimento.*** São Paulo: Seminário "Os Desafios à Reorganização do Sistema Monetário Internacional", São Paulo, ago. de 1994. Promoção FUNAG/CEBRAP. Traduzido do inglês por Regina Meyer Branski. 9 p.

LAVGNA, Roberto e **GIAMBIAGI,** Fabio. ***Hacia la creación de una moneda común: Una propuesta de convereência coordinada de políticas macroeconómicas en el Mercosur.*** 1998. Buenos Aires (Texto para discusión), 33 p.

LAVGNA, Roberto *et alli*. ***Los desafios del Mercosur.*** Buenos Aires: Red Mercosur-Siglo XXI, 2001. p. 163-180.

LOPES, João do Carmo, **ROSSETTI,** José Paschoal. ***Economia Monetária. 8. ed.*** São Paulo: Atlas, 2002.

MASI, Fernando, **BORDA,** Dionísio. ***Economias regionales y desarrollo teritorial.*** Asunción: CADEP, 2002.

MONTE DOMECQ, Raul, **MINSBURG,** Naum. ***El Mercosur: un problema complejo.*** Buenos Aires: Centro Editor de América-latina, 1993.

REDRADO, Martín. ***Moneda única en el Mercosur?*** Buenos Aires: Fundación Capital, 1999.

ROMERO, Enrique Duarte. ***Inserção externa e mudanças estruturais: o Paraguai, da triangulação econômica ao Mercosul.*** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004 (Dissertação de Mestrado).

ROSSI, Pedro. ***O mercado internacional de moedas, o carry trade e as taxas de câmbio.*** Campinas: CECON (Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica) da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), 2010. 71 p.

RUBINI, Héctor, **GIAMBIAGI,** Fabio. ***Moeda única e Banco Central Unificado no Mercosul: Princípios econômicos e desafios institucionais.*** Rio de Janeiro: BNDES, 2003. 44 p.

TEIXEIRA, Ernani. ***Economia Monetária: a macroeconomia no contexto monetário.*** São Paulo: Saraiva, 2002.

TEORIA DAS ÁREAS MONETÁRIAS ÓTIMAS. Disponível em: <http://www.iadb.org/INTAL/INTALCDI/PE/2009/02424.pdf>. Acesso em 04.jan.2011. 22 p.